

**A IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL DA COMUNIDADE DA CHÃ
CONSTRUÍDA ATRAVÉS DO ESPAÇO E DA RELAÇÃO COM O OUTRO**

Carla do Espírito Santo Xavier¹
Sabrina Andrade do Nascimento²

Resumo: o texto problematiza acerca da construção da identidade étnico-racial da comunidade rural negra Chã, em Teodoro Sampaio – BA dista 100 km da capital. A comunidade possui traços étnicos de remanescente de quilombo, por possuir esses indícios, sofre constantemente discriminação e preconceito por parte da sociedade teodorenses. Diante disso, escolhemos uma imagem para, a partir dela explicitar como se apresenta a construção identitária dessa comunidade atrelada à noção de território.

Palavras-chave: Comunidade Negra. Identidade. Território. Fronteiras.

Na contemporaneidade brasileira há o notável crescimento na produção de narrativas de caráter memorial ou testemunhal. Respaldados na teoria sociocultural é possível apontar que “as narrativas pessoais desempenham um papel poderoso como artefatos mediadores na medida em que as identidades são formadas e reformadas e esse processo é mostrado através da linguagem” (BRISOLARA, 2012, p12)

A causa possível para o crescimento da produção de narrativas memorialistas é o fato de ser a memória uma parte que constitui a identidade, assim, por estarmos vivendo um momento em que as identidades são tão fluidas, as narrativas de si são de fundamental importância para a formação do “eu” a partir das histórias de vida.

Nesse contexto, o sujeito “ordinário” passa a ser o centro das discussões e produções acadêmico-científicas e seu cotidiano o pano de fundo para estas produções. Nesse sentido há um enfoque maior aos grupos considerados marginalizados e relegados ao segundo plano no processo de construção da historiografia oficial da nação brasileira.

Palmira (2011) afirma que nesse contexto o enfoque privilegiado foi sendo gradativamente dado ao negro africano ou descendente deste, escravizado por mais de três séculos aqui no Brasil. O desenvolvimento da sociedade colonial e o processo de

¹ Mestranda em Crítica Cultural do programa de Pós-Crítica da Universidade do Estado da Bahia - UNEB. E-mail: carl-abebe@hotmail.com

² Graduanda o 5º semestre em Letras Vernáculas da Universidade do Estado da Bahia. E-mail: sabrina.bina16@live.com



objetificação dos negros escravizados marcaram um período longo da história brasileira. A despeito das péssimas condições de vida e trabalho e das diversas formas de violência às quais foram submetidos.

A nova história em construção sobre o negro no país o tira da postura de passividade e de vitimização e os colocam como agentes ativos da história antes inviabilizada. As análises se pautam, principalmente nas diversas formas de resistência, de apropriação e reapropriação de territórios engendrados pelos negros. Na criação de estratégias, artifícios e subterfúgios para transgredir a ordem política, cultural e econômica estabelecida pela sociedade escravista.

Os episódios de resistência e lutas foram a base para formação de quilombos. Os quilombos, a princípio comunidades autônomas de escravos fugitivos, converteram-se em importante opção de organização social da população negra e espaço de valorização de sua humanidade, cultura e fortalecimento da solidariedade e da liberdade, no qual negros se constituíam e se constituem como protagonistas de sua própria história, mas também espaço de investigação.

Dessa forma, resolvemos problematizar sobre a construção da identidade étnico-racial da comunidade da Chã, localizada em Teodoro Sampaio – BA, distante 100 km da capital, por meio das narrativas de vida de seus moradores. A comunidade não foi escolhida por acaso, mas porque é alvo constante de preconceito e discriminação no município, por apresentar traços diacríticos dos negros escravizados nos engenhos de cana de açúcar no recôncavo baiano.

A discriminação e preconceito são imputados, principalmente, pela cor e o lugar de origem. São moradores de uma comunidade rural negra constituída a partir de terras de engenhos de cana de açúcar dos séculos XVIII e XIX pertencentes à família Costa Pinto. Família, na época, representante do patriarcalismo no município baiano de Santo Amaro da Purificação.

Dessa forma, o espaço se constitui como elemento de pesquisa na mesma intensidade que a presença dos moradores. A referência sobre a comunidade opera como parte importante na identidade dos moradores, uma vez que, quando acontecem os episódios de discriminação, o lugar aparece como fator determinante dessa ação. Quem discrimina aponta o lugar de origem como principal fator disso. É possível visualizar a importância do lugar a partir da afirmação de Rita Laura Segato (2005)

É por isso que o território tem esse caráter especular, como todo discurso, como toda narrativa. É uma representação que nos representa: nunca algo puramente referenciado pelas descrições que

dele fazemos, objetivamente, em nossos enunciados, senão sempre também um índice que denuncia onde estou, quem sou, a qual ‘Nós’ pertencço, onde me localizo como significante encadeado a ele em uma sintaxe singular. (SEGATO, 2005, p.4).

Algumas pesquisas já mostram essa relação entre os sujeitos e seu lugar de pertencimento. De modo geral as investigações sobre comunidades tradicionais tratam das condições sociais, culturais, econômicas e ambientais, em outras palavras, seus modos de vida. Na maioria dos casos, as identidades dessas populações tradicionais estão relacionadas a uma identidade étnico-racial ou indígena.

A investigação sobre a Chã também problematiza que construção da identidade étnico-racial da comunidade se constrói na relação com “os de fora”. Assim, propomos nas páginas seguintes traçar uma discussão em torno do conceito de identidade, território e de uma imagem de duas jovens que faz um rito de passagem no trânsito entre a comunidade e a zona urbana.

Estudos Sobre o Negro no Brasil

Nas primeiras décadas do século XX afluíram estudos sobre o negro no Brasil. Maria Lourdes Bandeira (1988) destaca quatro vertentes temáticas relevantes. A primeira calca-se nos pressupostos teóricos de Nina Rodrigues e aborda o negro como expressão de raça. Nina Rodrigues postulou a hierarquização das raças africanas, principalmente a superioridade dos sudaneses sobre as outras parcelas da população africana vinda para o Brasil. Isto nos legou a tributação teórica do estuário evolucionista e seus desdobramentos racistas e o mais importante, o registro preservado de dados empíricos da população africana escravizadas aqui no Brasil. A segunda vertente está abalizada na teoria da aculturação e em seus desdobramentos culturalistas na qual aborda o negro como uma expressão cultural. Para a autora, apesar dos equívocos, essa vertente contribuiu consistentemente ao registro e a preservação dos dados sobre os negros brasileiros e suas origens na cultura africana. A terceira vertente emana da UNESCO e pauta-se na análise e interpretação da assimetria das relações raciais, isto é, reflete o negro como expressão social. A problematização sobre o negro e as relações raciais ganham impulso e a partir daí se instala definitivamente como tema de investigação e problema para debate entre os intelectuais do país. A quarta vertente se caracteriza pela amplitude de estudos e pesquisas sobre vários aspectos da produção cultural negra, principalmente sobre questões religiosas, de identidade e de resistência sob a orientação

teórica e metodológica da antropologia social. Dos trabalhos produzidos a partir dessa temática a que se destacar o negro em condições de vida rural.

Desses trabalhos, há uma visibilidade maior para os desenvolvidos em quilombos e comunidades remanescentes quilombolas. O estudo sobre o quilombo não é recente, uma vez que este espaço sempre foi reconhecido como território de pertencimento negro. Mas as investigações em comunidades remanescentes se constituem por meio da luta pelo reconhecimento de uma identidade negra para apropriação da terra.

Reconhecimento é uma das palavras mais ditas no Brasil quando o assunto está direcionado a apropriação de terras por parte dos descendentes de escravos, principalmente nas áreas rurais. Reconhecer significa se apropriar e assumir o que já está posto e é de conhecimento de todos.

A política de reconhecimento dos remanescentes das comunidades dos quilombos é um exemplo bastante significativo desse momento. O movimento de luta pela garantia dos direitos dessas comunidades é histórico e político, e encontra-se expresso na Constituição Brasileira de 1988, que através do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e intermédio do seu artigo 68, preconiza: *“Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”*.

O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias introduz um relevante debate para aqueles que se interessam por uma reflexão crítica acerca da história das populações rurais negras vistas, anteriormente, apenas como “faxineiros” das terras em que habitavam. Ou seja, aqueles que cultivavam as terras e mesmo as ocupando por longos períodos não as possuíam na maioria dos casos. Após a assinatura da Carta Magna, com a garantia do direito sobre a terra, iniciou-se um processo de institucionalização da relação do Estado para com estas populações rurais negras, que passaram se reconhecer quilombola para apropriar-se das terras.

Do reconhecimento desses direitos, no qual se dá a emergência dos remanescentes, emanam questões e dilemas identitários, uma vez que o reconhecimento é pautado em marcadores étnicos. Esse exercício de pensar a aplicação desta categoria a casos concretos produziu um espaço de debates que colocou lado a lado diferentes áreas do conhecimento, movimentos, atores sociais na tarefa de tentar participar da definição do conteúdo semântico que estaria sendo atribuído a essa categoria. As discussões têm

envolvido tanto o meio jurídico e antropológico quanto os próprios grupos, que seriam o público beneficiário da aplicação desse dispositivo.

Diante desse contexto, muitas pesquisas em comunidades negras foram encampadas, a exemplo, do Quilombo do Rio das Rãs, em Bom Jesus da Ipaçu, Quilombo de Tijuaçu, em Senhor do Bonfim e Rio dos Macacos, em Simões Filhos, a fim de observar e refletir sobre os conflitos vividos por essas populações no tocante ao reconhecimento, isso trouxe à tona o debate sobre a história da população negra no Brasil.

Contamos com excelentes estudos sobre quilombos e comunidades negras tradicionais no Brasil. Contudo, informações sobre a experiência histórica do negro escravo e seus descendentes no Brasil é bastante escasso, o que produz em certa medida uma possível invisibilidade e isolamento.

Trabalhos como o de José Jorge Carvalho (1996) sobre o Quilombo dos Rios das Rãs tem trazido à tona a importância de inserir o estudo sobre as comunidades negras num contexto histórico mais amplo, de modo a situar a luta do negro brasileiro, durante o regime escravista e nos dias de hoje em consonância com a saga dos escravos libertos nas várias regiões do mundo afro-americano.

Sobre Identidade e Território

A questão da identidade está sendo extensamente discutida na atualidade. Vários críticos têm apontado para a multiplicidade da identidade, indicando-a como não estática, substantiva, sendo modificada a partir das interações sociais na qual o sujeito está inserido (Bauman 2005, Enne 2010, Gomes 2005, Hall 2006, Lima 2001, Moita Lopes 2010, Pereira 2013).

De perspectivas teóricas diferentes e com enfoque em objetos de estudos diversificados sobre práticas identitárias, os autores apresentam pontos de intersecção que se configuram na circunstancialidade, no caráter transitório, na perspectiva histórica da construção das identidades dos sujeitos da sociedade contemporânea denominada, também, de “pós-modernidade” (Eagleton, 1998), “modernidade tardia” (Hall, 2006) e “sociedade líquido moderna” (Bauman, 2003).

A sociedade atual, com qualquer dessas denominações, se caracteriza por modificações societárias impulsionadas e decorrentes do desenvolvimento tecnológico que leva o homem inserido nesse espaço/tempo a viver em rede. Essa configuração tem

interferido nas identidades, antes tida como unificadas, fixas; agora fragmentadas, descentradas.

A vivência em rede se constitui pelo processo de globalização que tem neutralizado as diferenças econômicas e provocado, por outro lado, uma reação em termos das questões culturais, particularmente de identidade. Hall (2006) afirma que a globalização enquanto um complexo de forças de mudança está poderosamente deslocando as identidades culturais nacionais.

O autor utiliza a definição de McGrew para entender o que chamamos de globalização:

a ‘globalização’ se refere àqueles processos, atuantes numa escala global, que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo, em realidade e em experiência, mais interconectado. (HALL, 2006, p. 67).

Desse processo advêm algumas consequências sobre as identidades culturais, principalmente o crescimento de uma homogeneização cultural, um reforço das identidades nacionais e locais pela resistência à globalização, a formação de novas identidades.

Segundo o autor, os fluxos culturais entre as nações e o consumismo global criam possibilidades de “identidades partilhadas”. À medida que as culturas nacionais tornam-se mais expostas a influências externas, é difícil conservar as identidades culturais intactas.

Os “desacertos” das identidades provocados pelo processo de globalização nos convidam a pensar historicamente quem somos nós e a que comunidade pertencemos. Esses questionamentos devem ser considerados, pois acreditamos que são aplicáveis a qualquer indivíduo inserido nessa sociedade, principalmente a grupos considerados unificados, ou escapes dos fluxos presentes na sociedade contemporânea.

Assim, o estudo sobre a construção da identidade étnico-racial da Chã se estabelece e se ancora no movimento contínuo de rupturas e reinvenções visíveis na sua história e no seu cotidiano, reafirmando o que Hall (2006) nos diz que na pós modernidade a identidade torna-se uma celebração móvel, formada e transformada constantemente e continuamente em relação às formas pelas quais somos representados nos sistemas culturais nos quais estamos imbuídos, ou os quais nos rodeiam.

Identidade, Território e Fronteiras na Chã



A imagem acima retrata um ritual realizado por alguns moradores da comunidade. Ao chegar à porteira as jovens lavam seus pés, enxuga-os e hidrata-os num ritual contínuo. Segundo elas, toda vez que vão a zona urbana fazem o mesmo ato. Em uma das visitas à comunidade presenciei e fiz questão de indagar – por que vocês fazem isso? – *nós já temos a fama de suja, imagine se chegarmos em Teodoro com os pés sujos.*

A porteira revelada funciona como fronteira territorial, mas também simbólica. A fronteira territorial se refere ao limite do território real ocupado e construído pelo grupo e em função do grupo, nesse caso ela aparece em forma de cercas e porteiras. Espaços distintos e classificadores que impõe limites para a circulação e movimentação de pessoas. A fronteira simbólica se refere ao mundo religioso, cultural do grupo. Seus contornos são imprecisos, incertos e indefinidos e se constituem, dessa forma, em lugar de conflitos e tensões voltadas para dentro e para fora, isto é, os conflitos provocados pela fronteira simbólica estão voltados para interior e o exterior do grupo.

A fronteira simbólica é o lugar onde se procura reconstruir, preservar e dar continuidade à memória histórica e identidade étnico-racial da comunidade, uma vez

que ela é indefinida, fluída, flexível, líquida usando palavras de Zigmunt Bauman e Stuart Hall.

Como lugar de passagem, a fronteira pode simbolizar inclusão e exclusão social, seus limites invisíveis, visíveis e imprecisos marcam as identidades pessoais e étnicas que se materializa em rituais de travessia.

A porteira enquanto imagem de fronteira pode simbolizar o fim e o começo, o término e o princípio de algo como nos apresenta a imagem acima. Mas também como o “entre lugares”, espaço liminar, uma zona de transição que ainda não finalizou e já se mistura com a paisagem do novo território.

O território sempre existe marcado pelos emblemas identificadores de sua ocupação por um grupo particular, inscrito pela identidade desse grupo que o considera próprio e o transita livremente. Chamamos isso de ‘cultura’, e me parece interessante que a paisagem mesma e o paisagismo pictórico de uma nação ou região funcione, às vezes, como uma pintura histórica, como um monumento de uma história e de uma civilização. (SEGATO, 2005, p.4).

Para passar de um território para o outro, as jovens tentam tirar do corpo elementos que a princípio são os causadores da discriminação - a sujeira. A poeira presente nos pés das negras da Chã está longe de ser o causador da discriminação que afeta a população negra do Brasil, em especial, a da zona rural, já que essa discriminação advém de um processo histórico.

Ao longo da história da sociedade brasileira naturalizou-se a condição da inferioridade cultural e intelectual do negro. Esteticamente feio e socialmente sujo e incivilizado. Isso é tão presente que o negro tenta tirar do corpo essas marcas, muitas vezes simbolizadas pela poeira, outras vezes pelo alisamento do cabelo crespo.

Ivanildes Guedes Mattos (2009) relata:

[...] os negros são vistos socialmente como sujos, são confundidos como ladrões e assaltantes. Este fato indica que ser negro, adolescente e pobre os condiciona a uma situação desfavorável no tocante à inserção em determinados espaços. São essas representações sociais que recaem sobre o corpo desses jovens negros, que buscam na identificação a igualdade ou proximidade de imagem semelhante à considerada positiva, que não é negra. (MATTOS, 2009, p.47).

A identidade cultural é construída a partir da dinâmica da visão que temos de nós mesmos, o eu, e também de como nos veem, o outro. Por isso a identidade não é algo estático, fruto do isolamento de grupos e sociedade, mas se fundamenta na

interação do indivíduo com o meio em que está inserido. Vejamos os argumentos de Nilma Lino Gomes, 2005, p.42:

O cientista Jacques d'Adesky (2001, 76) destaca que a identidade para se constituir como realidade, pressupõe uma interação. A ideia que um indivíduo faz de si mesmo de seu 'eu' é intermediada pelo reconhecimento obtido dos outros em decorrência de sua ação. Ao contrário, é negociada durante a vida toda por meio do diálogo, parcialmente exterior, parcialmente interior, com os outros. Tanto da identidade pessoal quanto da identidade socialmente derivada são formadas em diálogo aberto. Estas dependem de maneira vital das relações dialógicas estabelecidas com os outros. Esse é um movimento pelo qual passa todo e qualquer processo identitário e, por isso, diz respeito, também, à construção da identidade negra.

A identidade é um processo constante de construção e reconstrução, aceitação e rejeição, que se prolonga durante toda vida. A identidade se constitui nas particularidades do grupo, evidenciando-se pela história, experiência, cultura, religião entre outros aspectos, que necessariamente, não são iguais ao modo de ser dos outros grupos.

Conclusão

Conclusão é uma palavra muito forte, principalmente quando se trata de construção de identidade. Por isso decidimos tecer algumas considerações. Uma delas ressalta a importância de estudos de grupos negros, principalmente os localizados na zona rural, essas investigações ajudam a desvelar o que historicamente foi invisibilizado e relegado ao segundo plano.

Outra consideração é que a identidade étnico-racial é fluída, flexível, essa processa durante toda vida, é regulada por fatores internos e externos do grupo, individuais e coletivos e em muitos casos o território é o seu sustentáculo, uma vez que oferece subsídios para a sua construção.

Assim infere-se que o processo de construção da identidade territorial na Chã é histórica e relacional, conjugando elementos materiais e simbólicos. Esses elementos podem ser traduzidos como o espaço de referência identitária, referente ao espaço e ao simbólico onde se ancora a construção de sua identidade étnico-racial e a consciência socioespacial de pertencimento. Construção de sentimento de pertença e auto-reconhecimento, que implica em nos reconhecermos como pertencentes a um território específico.

Referências

- BANDEIRA, Maria de Lourdes. **Território negro em espaço branco**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BRISOLARA, Valéria. **Narrativa, memória e identidade: o boom das narrativas de cunho memorial**. Cenários, Porto Alegre, v.1, n.5, 1º semestre de 2012.
- CARVALHO, José Jorge (Org). **O Quilombo do Rio das Rãs. Histórias, Tradições, Lutas**. Salvador, EDUFBA, 1996
- EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- MATTOS, Ivanildes Guedes. **Estética afirmativa: corpo negro e educação física**. Salvador: EDUNEB, 2010
- SEGATO, Rita Laura. **Em Busca de Um Léxico Para Teorizar a Experiência Territorial Contemporânea**. In Série Antropologia. Brasília: 2005
- LIMA, Ari. **De Ilha dos Sapos a Ilha da Fantasia**. Disponível em: <http://estudiosterritoriales.org/toc.oa?id=703&numero=11216>